



Costa, A. A. F., & Groppo, L. A. (Orgs.) (2018). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil: Uma possível leitura*. São Carlos: Pedro e João Editores.

Pp. 328

ISBN: 9788579935077

Resenhado por Mirela Figueiredo Iriart  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Brazil

### Por uma Introdução

Este livro é um importante relato histórico de um período em que o Brasil vivenciou um forte abalo no seu processo político, cuja instabilidade com o rompimento democrático desde a deposição da presidenta Dilma Roussef em 2018, vem colocando em risco suas instituições. Pode-se remontar este período de instabilidades às manifestações de rua em 2013, quando o pacto de governabilidade foi posto em cheque. Novos movimentos de rua emergiram, sem lideranças políticas, com presença forte de jovens, com pautas e reivindicações dispersas, em meio ao descontentamento popular com o governo, deixando à mostra uma enorme fenda social. O poder político vê-se desestabilizado e a disputa de classes acirra-se, em um tecido social já há muito esgarçado. Neste cenário, emergem os movimentos das ocupações estudantis, no período entre 2015 e 2016, por tanto, em meio às tensões sociais deste período e que se seguiram no governo de Michel Temer, com cortes e congelamento dos gastos públicos. Imputou-se uma política de



estado mínimo neoliberal e predatória, ao não se considerar as desigualdades sociais e regionais do país e o necessário investimento em educação e saúde como pautas básicas para garantir uma inclusão cidadã e a responsabilidade do Estado pelas novas gerações.

O período de 2015 a 2016 foi marcado pelo movimento de ocupações secundaristas, iniciadas com as reformas administrativas na rede estadual de São Paulo, cujo verniz de “reorganização”, logo revelou o cunho de racionalidade econômica, que resultaram em redução da oferta de turmas, fechamento de unidades escolares e deslocamento de estudantes para outras unidades, longe de seu local de moradia, abrindo espaço para reações em cadeia, em vários outros estados do Brasil. O movimento espontâneo dos estudantes secundaristas, coloca-nos (estudiosos, pesquisadores, adultos) diante de um fenômeno novo, que merece ser compreendido e desvelado, acrescentando elementos importantes ao campo de estudos sobre juventude e movimento estudantil, ao deslocar o centro de forças dos antigos movimentos políticos paritários, hierarquizados e burocráticos para ações políticas descentralizadas, horizontais e solidárias.

O livro cumpre, então, uma função precípua de reunir relatos, fatos noticiados, entrevista, análises de diferentes pesquisadores em diferentes regiões do país, tomando como suposto o movimento secundarista pela ocupação das escolas públicas, como legítimo e necessário, demonstrando a capacidade de organização e resistência dos mais jovens, na luta por um mundo mais justo para todos.

A obra em apreço descortina várias faces dos movimentos de ocupação que se regionalizaram, vinculados aos movimentos estudantis na América Latina, a exemplo do que já havia ocorrido no Chile e na Argentina. As pautas estudantis giravam em torno do pleno funcionamento das escolas, pela garantia

da manutenção do quadro docente, garantia de investimentos na qualificação do espaço físico, na qualificação profissional, dentre outros, que se ampliaram para a tomada de posse física e simbólica da escola, como espaço de exercício de cidadania.

A abertura do livro é a entrevista à estudante Ana Júlia Ribeiro, que se destacou pelo seu discurso na Assembleia Legislativa do Paraná, em 2016, concedida ao grupo de estudos sobre Juventude da Universidade Federal de Alfenas (UFAL – MG), em Junho de 2017. A entrevista faz uma abertura importante para o desenrolar de uma história registrada com o intuito de valorizar os protagonistas e mostrar suas formas de organização e consciência política. Veremos ao longo dos capítulos, que o livro organiza-se em torno de dois eixos: a primeira parte busca uma contextualização do movimento de ocupações, inserindo-o em um cenário de crise econômica, política e social brasileira, que significaram um retrocesso e ameaça democrática. Na segunda parte, busca-se compreender as experiências de ocupação iniciadas em São Paulo (Diadema em 09/11/2015), seguidas pelo estado de Goiás, Ceará, Espírito Santos, Paraná, passando ainda pela ocupação de duas universidades públicas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Uma reação em cadeia, deflagrada pela velocidade das redes digitais e modos de organização não hierarquizados de grupos e coletivos juvenis, que de forma rápida e espontânea realizaram uma ação política coordenada no interior das escolas. Com suporte de famílias e da comunidade, mas também na mira da repressão policial e social, cuja cobertura midiática, transformaram-nos em baderneiros e predadores do bem público, é nessa briga entre narrativas que este livro se faz ainda mais necessário.

### **Sobre o discurso juvenil e os novos modos de fazer política**

Por que o discurso de Ana Júlia é tão emblemático? Por ser jovem, mulher e politizada? A presença de uma jovem mulher

na Assembleia Legislativa quebra algumas hierarquias sociais pautadas em uma sociedade patrilinear e adultocêntrica. O estatuto do discurso juvenil será sempre confrontado por uma visão conservadora que o deslegitima, por considerar serem os adolescentes e jovens sujeitos passivos, apáticos e não politizados. O discurso político proferido por uma jovem de 17 anos, à época, desestabiliza a velha política, forjada pelo domínio masculino do espaço público, em contraponto ao espaço privado, no controle do discurso e da circulação da palavra. Ao longo da entrevista, Ana Júlia dá pistas de como foi construindo sua formação política e seus primeiros passos no movimento estudantil secundarista, tendo como referência a atuação política dos pais, o acesso à literatura filosófica e marxista, ainda com 12 anos de idade, destacando ainda a escola de ensino médio público como sua principal referência. Refere-se a si mesma como uma aluna “problematizadora”, o que lhe confere um lugar de porta voz das demandas estudantis da sua escola, liderando o movimento de ocupação que se inicia no Paraná quando da aprovação da Medida Provisória sobre a Reforma do Ensino Médio (MP 746) e a PEC 95, que limitou e congelou os gastos públicos em 20 anos em todo o território nacional. Segundo a estudante a deliberação pela ocupação aconteceu em meio a um processo democrático, com assembleias estudantis em que se construiu “o consenso político”. A vontade de serem vistos e ouvidos está no cerne do movimento de ocupação, segundo a sua percepção. Se saíram vitoriosos dessa luta? Em parte conseguiram se empoderar, como “adolescentes que emitem opinião”, mas continuam na luta para serem ouvidos na escola, em relação a suas pautas internas, como mudança de estatuto, por exemplo. Durante os dias de ocupação, analisa que sentiram-se como se apoderando da escola, de um espaço que sempre foi deles, mas nunca lhes foi concedido. O exercício da autonomia e não só da obediência às regras, levou à quebra das hierarquias em nome de uma escola mais democrática. Nascia ali uma nova

forma de fazer política e uma escola mais politizada, por dentro, pelo olhar dos seus estudantes. Apesar disso, o enfrentamento se perpetua e a escuta permanece como uma demanda estudantil.

### **A “insurreição” adolescente: a ocupação simbólica para além de política**

No balanço sobre o movimento de ocupações em vários estados do Brasil, dadas as características específicas de conjunturas locais e momento político, faz-se importante entendermos alguns elementos que aturam como deflagradores das ocupações, como analisam Ana Carla Costa, Maria Carla Carrochano e José Alves, refletindo sobre as ocupações em São Paulo. A maior presença de adolescentes na rede pública de ensino, com o processo de democratização da educação iniciada ainda na década de 1990, reverte-se em um rejuvenescimento do ensino médio, quando comparado pelos autores na rede estadual de São Paulo de 1992 a 2012, ao mesmo tempo em que se acirra a “crise de identidade” do ensino médio. Se por um lado ganha-se na vivência dos “tempos de estudo” para uma ampla parcela dos filhos da classe trabalhadora, que passam a estudar e não trabalhar. Observa-se, por outro lado, o desencontro na relação dos jovens com a instituição escolar, como muito bem analisado pelos autores, que resulta em demandas represadas e tensionam o lugar instituído pela escola. Em oposição a uma pedagogia tradicional, os jovens, que passam a ocupar centralidade na escola pública, sonham com uma maior sintonia entre os procedimentos pedagógicos e o seu cotidiano, linguagens e desejos juvenis. A “insurreição”, como nomeiam os autores, vem como resposta espontânea, gestada pela invisibilidade das suas pautas e reveste-se de uma ação direta, forjada a partir de novas estratégias, distintas dos movimentos tradicionais, pois pautadas em um formato não hierarquizado, ou sexista. A ocupação vem em um sentido amplo de apoderamento físico das escolas, mas também do “campo simbólico”, já que modifica e

ressignifica o modo de fazer política estudantil. Sobretudo faz emergir novos significados atribuídos à escola, na medida em que se instituem novas práticas durante o movimento das ocupações. As escolas passam a ser palco de aulas públicas, viradas culturais e espaço de debates sociais acirrados, trazendo para o seu interior as questões de gênero e étnico-raciais, adormecidas pelo modelo hierarquizado e inflexível dos currículos escolares. Embora os autores, construam sua análise em torno das ocupações no estado de São Paulo, podemos recorrer a ela para compreender os outros movimentos em regiões diferentes como o nordeste, no Estado do Ceará; no Centro-oeste, no estado de Goiás ou ainda no extremo sul, no estado do Paraná. Em que pese as diferenças regionais, as pautas de reivindicação e os modos de ação política deflagrados em cada movimento de ocupação, assemelharam-se muito. O movimento estudantil brasileiro buscou referências no documento da Frente de Estudantes Libertários da Argentina, este, por sua vez, inspirado no movimento secundarista Chileno, cujas pautas se unem em um movimento latino americano de estudantes secundaristas. Ambos os movimentos vivenciaram na pele os efeitos das políticas neoliberais e do capitalismo financeiro, com a presença marcante das políticas do Banco Mundial no setor educacional. Os autores Jane Barros de Almeida e Marcos Francisco Martins, questionam, no capítulo sobre as ocupações das escolas no Paraná, se o tipo de ação gestada pelos estudantes reúnem elementos que identifiquem a retomada da grande política e de novos projetos societários. Na sua análise, identificaram a emergência de sujeitos coletivos, cuja atuação na esfera pública, objetivava um projeto societário, em um modo de organização que se utilizava de novos elementos de mobilização como as redes sociais. O espaço virtual tornou-se um espaço político, revelando processos de politização e conscientização em desenvolvimento. A

divisão interna do trabalho nas ocupações, de forma solidária e colaborativa e a consciência coletiva, acima da individual são formas de ação politizadas, no sentido da grande política, envolvendo o bem comum, que se contrapunha ao que os autores denominam de pequena política, a serviço dos interesses eleitoreiros, ou restritos a pequenos grupos beneficiados.

Por fim, podemos pensar em uma cidadania construída ao longo dos movimentos de ocupação, já que não garantida e sim conquistada historicamente, sobretudo se pensarmos na condição adolescente, como aquele sujeito destituído de direito político (Martellucci, 2016). Segundo o autor, a sua condição de existência, priva o adolescente da participação política, delimitando seu espaço de ação sobretudo à escola e/ou ao seu mundo interno, privado. Envolto em sua questões existenciais, os conflitos da condição adolescente não se esgotam, no entanto, no mundo egóico da adolescência. O individualismo nessa fase é uma reflexo deste não lugar público imputado a este sujeito. O que Martuccelli (2016) nos faz pensar é nas formas de superação dessa cidadania precária, devido à baixa legitimidade do discurso adolescente e da sua participação na esfera pública. Sendo a escola um lugar de atuação legítima dos adolescentes, essa deveria se preocupar com os espaços do livre pensar, de interpretação do mundo, de utilização crítica do conhecimento, mais do que da recepção passiva desse conhecimento. Os adolescentes e jovens insurgentes no movimento das ocupações, sem pedir concessão dos adultos, mostraram seu senso de justiça, de coletividade e de igualdade. Por tanto, compreenderam o caráter político da vida social, como sinalizou o autor, referindo-se a uma das funções da educação. Invertendo a ordem adultocêntrica escolar, os movimentos de ocupação mostraram que é preciso aprender com os mais jovens.

## Referências


Martuccelli, D. (2016). Condición adolescente y ciudadanía escolar. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 41(1), 155-179.

## Acerca da Autora da Resenha

**Mirela Figueiredo Iriart**, Profesora Titular do Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana.  
mifis36@gmail.com

**Education Review**  **Reseñas Educativas**  
**Resenhas Educativas**



 *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* is supported by the Scholarly Communications Group at the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Copyright is retained by the first or sole author, who grants right of first publication to the *Education Review*. Readers are free to copy, display, and distribute this article, as long as the work is attributed to the author(s) and *Education Review*, it is distributed for non-commercial purposes only, and no alteration or transformation is made in the work. More details of this Creative Commons license are available at <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>. All other uses must be approved by the author(s) or *Education Review*. *Education Review* is published by the Scholarly Communications Group of the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University.

**Disclaimer:** The views or opinions presented in book reviews are solely those of the author(s) and do not necessarily represent those of *Education Review*.

Connect with *Education Review* on Facebook (<https://www.facebook.com/pages/Education-Review/178358222192644>) and on Twitter @EducReview